

## BABÁ, “A MULHER QUE CRIA O BEBÊ DE OUTRA MULHER” OS EXEMPLOS DE QUIRINA, DE LIMA BARRETO (1904) E DE MAJU, DE GIOVANA MADALOSSO (2020)

**Mariana Filgueiras de Souza**  
(Universidade Federal de Minas Gerais)

RESUMO	ABSTRACT
<p>Encarregada dos cuidados da primeira infância dentro do espaço doméstico, com peculiar proximidade afetiva com a família empregadora, a babá é um ofício legado da escravidão, quando as mucamas amamentavam e criavam os filhos das senhores. O termo <i>babá</i> vem do quimbundo, língua da família banta falada em Angola. Significa “ama”, a mulher que cria o bebê de outra. Foi na nebulosa proximidade entre babá e bebê no Brasil que as palavras se misturaram, fortalecendo o <i>pretuguês</i> (González, 2020), e que as narrativas orais contadas por elas criaram conexões entre as culturas africanas, indígenas e portuguesas, como uma estratégia de resistência cultural. Este artigo compara diferenças e permanências na mediação duas babás protagonistas na história literária brasileira, separadas por 116 anos entre a escrita de um texto e outro: Quirina, do conto “Babá”, de Lima Barreto, de 1904; e Maju, protagonista do romance <i>Suíte Tóquio</i>, de Giovana Madalosso, publicado em 2020.</p>	<p>Responsible for early childhood care within the domestic space, with a peculiar emotional closeness to the employing family, the nanny is a job inherited from slavery, when the maids breastfed and raised the children of their little sisters. The term nanny comes from Kimbundu, the language of the Bantu family spoken in Angola. It means “nurse”, the woman who raises another’s baby. It was in the nebulous proximity between nanny and baby in Brazil that words mixed, strengthening Portuguese (González, 2020), and that the oral narratives told by them created connections between African, indigenous and Portuguese cultures, as a strategy of cultural resistance. This article compares differences and permanence in the mediation of two nanny protagonists in Brazilian literary history, separated by 116 years between the writing of one text and another: Quirina, from the short story “Babá”, by Lima Barreto, from 1904; and Maju, protagonist of the novel <i>Suite Tokyo</i>, by Giovana Madalosso, published in 2020.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Babá; Trabalho Doméstico; Subjetividade	Babá; Trabalho Doméstico; Subjetividade.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, existem pelo menos 6 milhões de mulheres que limpam casas que não são suas, varrem salões onde não podem circular, cuidam de bebês que não são seus. Como sintetizou Françoise Vergès, “[...] bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões [...] não poderiam tomar decisões” (Vergès, 2020, p.16). Profissional comum a tantos lares, onde passa os dias em meio às intimidades da família, à vista de todos, são as que menos têm sua subjetividade investigada no imaginário estético brasileiro. O mais recorrente é que sua figura – de perfil

majoritariamente negro, feminino e pobre<sup>1</sup> – seja invisibilizada em contos, romances, peças de teatro; ou que apareça de maneira a reforçar estigmas e a naturalizar o racismo, como figuração, em cenários domésticos, legada ao alívio cômico ou à objetificação sexual. Não raro, são personagens que não têm nome e de falas silenciadas ou interditadas.

Dentro do amplo espectro de atividades do trabalhador doméstico, que compreende as lavadeiras, faxineiras, cozinheiras etc., este trabalho vai se ater especificamente à figura da babá, ou seja, da profissional encarregada dos cuidados da primeira infância dentro do espaço doméstico, ofício que tem por particularidade uma proximidade ainda maior com a formação afetiva da família empregadora. O termo *babá* vem do quimbundo, língua da família banta falada em Angola. Significa “ama”, ou “ama-seca”, a mulher que cria o bebê de outra. A palavra foi incorporada ao português brasileiro já no século XVI, de acordo com o dicionário etimológico de Antônio Geraldo Cunha, o que nos indica a longevidade do seu uso.

## 1

Ser *babá* no Brasil do século XIX e início do século XX era exercer um ofício intimamente ligado à escravidão. Como observou a historiadora Lorena Telles em estudo sobre o trabalho doméstico em São Paulo no início do século,

[...] refletir acerca da escravidão e das relações de gênero na história do Brasil requer considerar as experiências de mulheres africanas e suas descendentes nos mundos do trabalho, em particular o local da escravidão doméstica [...] a condição de gênero das cativas domésticas, em particular amas de leite e mucamas designadas escravas de porta adentro as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo ataques sexuais, formas de vigilância e, para as amas de leite, restrições ao exercício da própria maternidade (Telles, 2018, p. 100).

Havia uma diferença entre as mulheres africanas escravizadas e trazidas ao Brasil para trabalhar na lavoura ou no espaço íntimo da casa-grande, diferença que se perpetuou. E havia ainda outra diferença entre a mucama, a mulher que ia trabalhar dentro de casa, limpando, cozinhando, lavando etc; e a ama, a que cuidava dos filhos. A babá ou ama estava ainda mais explícita e intimamente ligada à casa-grande por ter seu próprio corpo e afeto neste enlace laboral, fosse para amamentar, dar colo, dividir a cama. A pesquisadora

---

<sup>1</sup> De acordo com o relatório do IPEA de 2019, "O trabalho doméstico segue como uma atribuição eminentemente feminina. Transposto ao espaço do mercado, ocupa um contingente muito expressivo de mulheres no Brasil, particularmente negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres." Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portugal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35231&Itemid=444](https://www.ipea.gov.br/portugal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444) Último acesso: 4/01/2022

Juliana Teixeira fala sobre a ambiguidade representada pelo trabalho doméstico, um misto de afeto e desigualdade, um afeto construído junto a relações desiguais e injustas de trabalho que naturaliza de forma racista a servidão.

A figura da mãe-preta que se expande pelo período pós-escravocrata, e vai assumindo outros espaços de confiança, servindo e fazendo companhia às filhas dos senhores, as sinhazinhas. Não é apenas uma personagem, mas como estudou Lélia González (2020), um mito. O mito da “mãe-preta” — a empregada negra acolhedora, que não reage às violências e abusos, internalizando o próprio sofrimento — é repisado tantas vezes na história da cultura brasileira que se torna um estereótipo bastante eficaz no mecanismo de estabelecimento de poder do colonizador (Stuart Hall, 2016).

Lélia González também analisou o mito da mãe-preta pelo aspecto de resistência cultural da diáspora africana, “aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância, cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias [...] sobre figuras do imaginário popular” (González, 2020, p. 54). Como explica Flávia Rios (2021), a “mãe-preta” foi uma figura fundamental na formação cultural brasileira, e carregava uma subversão em si:

A subversão [...] estava na sua capacidade de transmissão cultural de valores que não eram dominantes, então elas não estavam transmitindo a língua dominante, ela não estava transmitindo os valores, crenças e pertencimento dominantes, ela na verdade estava criando aqueles filhos no seio daquela cultura, levando as suas histórias, as suas origens africanas, a sua descendência, a sua ascendência africana, os seus mitos, as suas religiosidades, a sua forma de falar, a sua forma de pensar o mundo (Caio, 2021).

É na proximidade da relação entre babá e bebê que as palavras se misturam, fortalecendo o pretuguês, e que as histórias que contam estabelecem mediações entre as culturas africanas, indígenas e portuguesas. No entanto, ao longo do século XX, as babás continuavam não sendo tratadas como sujeitos, mas como servas para a manutenção das famílias, com a criação de uma dependência emocional que as desumanizava.

Nessa construção de dependência, Roncador fala sobre como a “sensação de perda de controle por parte dos senhores em relação aos servos advinda da abolição” (2008, p. 17) determinava a forma como essas relações foram se perpetuando. A perda de controle gerava desconfiança, que gerava mais controle permanente, pois as criadas passaram a representar uma ameaça. Eram várias ameaças: de que fossem embora, de que transmitissem doenças, de que pudessem desvirtuar moralmente os filhos dos patrões. Mas havia ainda outra ameaça, que Grada Kilomba (2019) chama de mito da mãe ideal: “O medo de que mulheres negras possam roubar crianças (...) pode estar ligado à imagem

inconsciente das mulheres negras como mães ideais”. Que sejam melhores mães do que as mães brancas.

É uma imagem controladora que confina mulheres negras à função de serventes maternais, justificando sua subordinação e exploração econômica. A mãe negra, ou mãe preta, representa a relação ideal com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, amada pela família branca (Kilomba, 2019, p. 142).

Partindo da compreensão de como são construídas as relações históricas e sociais em torno da figura da babá, e de como a desumanização se refletia também em uma invisibilidade literária, como observado no início do texto, há dois exemplos, no entanto, que funcionam como uma exceção à regra. Escritos e publicados em épocas e condições absolutamente distintas – um autor negro, pobre, de 1904, que escreveu o conto e não o publicou; e uma autora branca, de classe média, de 2020, que escreve o romance publicado por uma grande editora – são duas peças da literatura brasileira que colocam a babá, e sua subjetividade, no centro da narrativa, com mais de 100 anos de distância.

## 2

O primeiro é o conto *Babá*, de Lima Barreto. Este conto é praticamente desconhecido. Foi encontrado nos manuscritos do autor depois da sua morte, e provavelmente foi escrito em 1904. O conto discorre sobre a morte solitária de uma velha ama, uma mulher negra centenária que havia criado muitos filhos de senhores de engenho. O narrador do conto é um funcionário interino de um hospital onde ela é internada. Assim que ela entra na instituição, abandonada para morrer sozinha, o funcionário se interessa pelo seu martírio e se aproxima dela para ouvir sua história. Um trecho:

Era de ver a sua cabecinha pequena empastada de cabelos brancos, tecidos como uma rama de algodão, alvejando tristemente no fundo negro de seu rosto, encavado, chupado, esterçado, onde dois olhinhos castanhos quase sem brilho passeavam languidamente, dolorosamente (Barreto, 2010, p. 563).

Ela estava muito fraca, mas contou ao funcionário que se chamava Quirina, era natural de Moçambique, e que tinha sido escravizada em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, quando chegou ao Brasil. Ela tem nome. E o narrador de Lima Barreto quer ouvir a sua história. Quirina conta que chegou a conhecer Dom João VI enquanto trabalhava nas casas dos seus senhores, que tinha tido muitos filhos, “de várias cores”, mas que foram tirados

dela, espalhados pelo Brasil para servir de mão de obra barata. Desses filhos, ela não tinha qualquer notícia. Sempre viveu apartada da própria família, dando seu leite aos filhos dos patrões, não aos seus. Quando foi internada, vivia cuidando de uma velha senhora, viúva de seu último senhor. Outro trecho:

[...] não me saía da imaginação aquela figura doída, cheia de sofrimento e de resignação, que, durante um longo prazo de seu século fornecera aos que lhe cercavam ternura, amor e trabalho e que agora, como um esquife vivo, já sem memória e quase sem viver, vinha morrer sem uma lágrima, sem um ai de alguém (Barreto, 2010, p. 564).

O conto originalmente se chamava “Quirina”, mas teve o título original riscado pelo autor, sobre o qual estava escrito um novo: “Babá”. O ofício parece ter pesado mais do que o nome da personagem na hora de batizar o conto. Talvez porque o trabalho já tivesse soterrado a identidade da personagem.

Depois de conhecer Quirina, o narrador de Lima fica com “olhos ao teto, parados e presos, a fumar nervosamente, sonhando com a ventura dos bons, dos mesquinhos e dos oprimidos” (Barreto, 2010, p. 564). A história daquela mulher o perturba seriamente, a ponto de tirar-lhe o sono. Numa noite, o funcionário tem uma espécie de surto, uma epifania do corpo, que o faz levantar do seu leito e ir até a enfermaria de Quirina no meio da madrugada. Encontra seu corpo magro enrolado nos lençóis como uma múmia, “aquele fardel de carnes magras, de peles enrugadas, coladas aos ossos, embrulhada no linho dos lençóis, me pareceu ser o cadáver embalsamado de uma antiga rainha da Núbia” (Barreto, 2010, p. 565). E, como se estivesse tendo ou presenciando um delírio, a mulher subitamente se levanta, põe-se de pé sobre o leito, e quando vai anunciar algo, fazer uma revelação, o conto termina. Subitamente. Não se sabe se por estilo ou por estar inacabado.

É bastante simbólico que um conto que tenha como protagonista uma babá preta em 1904 termine sem ouvir o que ela diz antes de morrer. Que ela tenha a fala interdita até pelo acaso. Que seja um conto inacabado, como se inacabada fosse a história de todas as descendentes das Quirinas que existiram e das que foram fabuladas. Como se um outro final ainda tivesse a esperá-las. Mas essas outras Quirinas custaram a aparecer na literatura brasileira. Até onde esta pesquisa alcançou, não houve outra babá protagonista de um enredo em nossa história literária, com falas, nome, subjetividade explorada, com uma trama para contar sua história. Pelo menos não na literatura canônica brasileira.

Até chegarmos ao romance *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, publicado pela editora Todavia 116 anos depois que Lima fabulou sua Quirina. A personagem principal do romance da autora é Maju, uma babá que rapta a filha da patroa para suprir a falta que tem de ser mãe e tenta fugir com a menina pelo país até desistir e voltar para devolvê-la para a patroa. O que separam essas duas babás protagonistas? Primeiramente, a condição trabalhista. Ainda que muitas marcas da desumanização do trabalho doméstico estruturadas na época de Quirina estejam perpetuadas na relação de Maju com a sua patroa, Fernanda – como a exploração, a desvalorização, o desinteresse e a sobrecarga – não são relações trabalhistas comparáveis. Maju é uma empregada assalariada, portanto, tem condições de dirigir suas ações e decisões, ao contrário de Quirina, escravizada e subjugada. Maju tem sua própria história contada, seus anseios e conflitos familiares paralelos à vida que levava na casa da patroa, chamada por ela de “Dona Fernanda”.

Depois, a diferença racial. Em nenhum lugar do romance há a descrição racial de Maju, ainda que o leitor possa presumir que ela seja parda, seja pelas recorrentes menções ao cabelo crespo, tanto pelo fato de ela não ter tido problemas ao fugir com uma menina branca pelas rodovias e fronteiras do Brasil. Dificilmente uma babá negra ou negra retinta teria fugido por todo o país com uma criança branca a tiracolo, como o enredo conta, sem ser interpelada por agentes do Estado. Caso fosse negra, a experiência de Maju teria sido outra na saga contada no romance.

Outra diferença está na forma como os enredos são conduzidos. Se em “Babá” quem conduz a história é o funcionário do hospital, em *Suíte Tóquio* a principal ação do enredo é conduzida pelas vozes paralelas de Fernanda e Maju, como e os pontos de vista pudessem ser semelhantes:

Estou raptando uma criança. Tento afastar esse pensamento, mas ele persiste enquanto descemos pelo elevador (...) Tenho a sensação de que o exército branco olha pra mim. Foi coisa da dona Fernanda, inventar esse nome, exército branco. E até que ela está certa, somos mesmo um exército, ainda mais a essa hora da manhã, quando todas vêm pra praça com seus uniformes brancos (Madalosso, 2020, p. 9)

A narração também em parte é conduzida pela personagem, que reforça a altivez e domínio sobre a própria história.

Limpo a boca da Cora com um guardanapo da Casa do Pão de Queijo, depois descasco uma mexerica. Vou tirando os caroços, dando os gomos para ela e contando que de Presidente Prudente vamos pingar mais um pouco até chegar no nosso destino final, Mandaguacu, onde a Maju cresceu,

e daí ela vai ver que beleza de vida nós vamos levar (...) A Cora pega no sono. Me ajeito no banco, olho pela janela. Tudo passa tão rápido lá fora (Madalosso, 2020, p.21)

Outra diferença gritante entre Quirina e Maju é a forma pela qual essa trajetória é narrada. Quirina só tem a chance de contar sua história porque alguém se dispõe a ouvi-la, alguém vai até ela, entra no seu quarto, pergunta, alguém é tocado por sua figura e insiste nessa reconstrução de memória; e só assim, de forma passiva, ela tem sua subjetividade revelada. Ao narrar a si mesma, Quirina narra também a trajetória ancestral de milhões de mulheres no Brasil, ou boa parte da classe de trabalhadoras domésticas em atividade. Já Maju não precisa ser provocada: é ela, ciosa de si e de sua trajetória, quem narra sua própria história por vontade própria, tomando o leitor como cúmplice de um crime, que, no entanto, não é narrado como tal.

Outra diferença entre ambas é a forma como a maternidade é uma causa de sofrimento e identidade para ambas. Enquanto Quirina sofre por ter filhos dos quais não tem notícia, que são distribuídos a outros senhores como mão de obra barata, por ser impedida de conviver com eles, alimentando com seu leite o filho dos outros, ações que desumanizam a mulher negra e indicam a construção desse mito da “mãe preta ideal” (Kilomba, 2019). Para a autora, “essa fantasia da mulher negra roubando crianças e homens é muito coerente com memórias coloniais [...] seu trabalho foi usado para nutrir e prover a casa branca, enquanto seus corpos foram usados como mamadouros” (2019, p. 141). Seria uma imagem inconsciente, apoiada no mito de que as mães negras alimentam melhor, acolhem melhor, sabem o que fazer quando as crianças choram, ou seja, são “mães ideais”.

Essa imagem da mulher negra como mãe vem servindo como um controle de raça, gênero e sexualidade. É uma imagem controladora, que confina a mulher negra à função de servente maternal, justificando sua subordinação e exploração econômica. A “mãe negra” representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família branca (Kilomba, 2019, p. 142).

O mito da mãe ideal é alimentado pelo suposto “instinto materno”, que, por sua vez, é o que o senso comum espera que seja parte da força de trabalho da babá, a profissional encarregada dos cuidados da primeira infância dentro do espaço doméstico. Alimentar o mito da mãe ideal, portanto, é fundamental para desenvolver o capitalismo. “A procriação colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (Federici, 2017, p. 178).

Maju sofre por não ter tido filhos. Em nome do desejo de ser mãe, é ela quem tira o filho alheio. Ela executa o medo das mulheres brancas ao qual se remete Kilomba, transformando a fantasia em realidade. Ela é que toma a filha da patroa para si como ação que dispara para o leitor a revelação da sua subjetividade. Ter a menina Cora consigo é o que permite que seus medos e anseios vão se revelando.

Se no início do romance suas motivações e trajetórias são equiparadas, de modo a neutralizar seus erros, a partir do conflito estabelecido por Fernanda, as personagens vão restabelecendo sua distância original, aquela que parece nunca ser capaz de desaparecer na relação entre patroa e empregada. O abismo entre as classes sociais do qual o Brasil não se livra, dilatado pela performance da servidão. Essa diferença não cessa nem dá pistas de cessar no romance.

Há ainda a diferença sobre a autoria e circunstâncias de enunciação dessas tramas. Lima Barreto, autor negro e pobre que tinha por característica representar os sujeitos subalternizados, fazendo eco a autores como Castro Alves ou Maria Firmina dos Reis durante o período pós-escravocrata, reivindicando a presença de personagens marginalizados em suas obras; e Giovana Madalosso, autora branca, que escreve em um ambiente que já reflete os efeitos de uma mudança social brusca efetivada a partir de 2015, com a PEC das Domésticas, que diminuía a exploração da força de trabalho negra no país; somado aos efeitos positivos da Lei de Cotas<sup>2</sup>, que já vinha desde 2012, garantindo acesso à educação superior à população negra e, ainda, com o fortalecimento dos movimentos feministas, a chamada "quarta onda feminista" ou "primavera das mulheres", dos movimentos feministas negros, e do próprio movimento negro – mudanças que reiteram o protagonismo de uma personagem muito mais difícil de ser silenciada, a trabalhadora doméstica, categoria da qual Maju faz parte. É notável, de 2015 para cá, a aparição de romances que incluem as subjetividades das trabalhadoras domésticas em seus temas.

As diferenças entre as duas personagens, como vimos, são muitas, e refletem o imenso espaço-tempo em que estão separadas. Vale salientar, no entanto, o que as aproxima: Maju herda de Quirina as marcas das violências históricas que um ofício intimamente ligado à escravidão não consegue se libertar, e que a filósofa Lélia Gonzalez chamou de “neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 2020, p.84). O contraste com a patroa, Fernanda, ainda revela o abismo entre as classes sociais do qual o Brasil não se livra, bem como a herança da performance da servidão. O comportamento de Fernanda em muitas cenas elaboradas pela autora a desnudam como uma sinhazinha contemporânea: “As

---

<sup>2</sup> Sancionada em 2012, a Lei 12.711, que ficou conhecida como “Lei de Cotas” possibilitou, ao longo de uma década de vigência, que alunos e alunas de escolas públicas, de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência obtivessem acesso ao ensino superior público por meio da reserva de vagas em instituições federais.

mensagens de Maju, que eu tanto ignorei nos últimos anos, agora são as que mais espero” (Madalosso, 2020, p. 155). Ou ainda como no trecho que explica o título do romance:

Mas Maju era humilde e inocente demais para sonhar além do que Deus ou a patroa lhe oferecia. Tanto que depois ela aceitou, senti pena dela. Para compensar, transformei aquele quarto de empregada num lugar claro, descolado e dotado de amenidades como tevê e frigobar, um quarto que poderia muito bem ser a suíte de um hotel japonês. E por isso, e para me sentir menos escravocrata, batizei o cômodo de Suíte Tóquio (Madalosso, 2020, p. 27)

Outra proximidade entre ambas é a forma pela qual naturalizam as violências – Quirina naturaliza a violência que sofre; Maju, a que pratica. O rapto da criança é narrado com tal naturalidade por Maju – sem perder muito tempo imaginando as falhas do plano ou sem problematizações que a coloquem em dúvida, por exemplo – que faz o leitor pensar sobre a naturalização das violências como um todo, sobretudo as violências históricas cometidas contra aquela categoria de trabalho. Se o rapto é contado de forma banal pela personagem, talvez ele seja uma ação justificada para a personagem. E se é justificada, é porque algo a leva a crer que um rapto de criança não seja um crime monstruoso. Nessa dinâmica, o leitor é convidado a questionar: se tal violência não a afeta, é porque talvez haja uma maior recaído sobre ela. Ler Maju à luz de Quirina, no entanto, nos indica que talvez a naturalização das violências cometidas por Maju respondam a violências históricas recebidas por Quirina. O rapto cometido por Maju de certa forma vinga o trauma de tantos raptos sofridos por Quirinas.

#### 4 CONCLUSÃO

Ao deixar a subjetividade de Quirina como ponto focal do texto, Lima Barreto inscreve uma personagem estrutural na formação social brasileira também na nossa história literária. Por devotar às Quirinas um interesse real, ele naturalmente as desloca ao centro da narrativa. As Quirinas existiram e existem, sofreram e sofrem, sonharam e sonham. As Quirinas deliram. E Lima, por meio dos seus narradores, as alcança e revela. Porque ele também parece ficar com “os olhos ao teto, parados e presos” quando as investiga. Lima sempre soube que, ainda que essas vozes não sejam ouvidas, nomeadas, figuradas, esmiuçadas e fabuladas, o silenciamento que experimentam não as faz desaparecer. E se ninguém quis contar suas histórias, bem, ele estava lá.

O que surpreende, no entanto, é que apesar de ter realizado esse gesto literário pioneiro em 1904, tenham se passado mais de 100 anos para que outra babá tivesse seus desejos e medos centralizados numa trama literária. O que causa espanto é que tenhamos apenas uma Quirina e uma Maju a nos contar pela forma perene da literatura as transformações brutais que uma categoria de trabalho tão expressiva do país tenha experimentado ao longo de tanto tempo. A comparação dos dois textos nos deixa um chamado para observar sempre o que os personagens subalternizados, especialmente as trabalhadoras domésticas, têm a nos contar para além do que dizem, ou do que silenciam, nos poucos textos que as deixam dizer.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Org. e Int. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DALCASTAGNÈ, R. "A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004". **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 26, p. 13-71, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077>.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

PIZA, Edith. "Da cor do pecado". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 52, jan. 1995.

RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto: Triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

FIGUEIREDO, Eurídice. "A representação da criada nas tragédias cariocas de Nelson Rodrigues". **Revista Textura**, v. 23 n. 56, out./dez. 2021.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. Col. Feminismos Plurais (Coord. Djamila Ribeiro). São Paulo: Jandaíra, 2021.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Amas de leite. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VERGÈS, Françoise. **Feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Título em inglês:

NANNY, "THE WOMAN WHO RAISES ANOTHER WOMAN'S  
BABY": THE EXAMPLES OF QUIRINA, BY LIMA BARRETO (1904)  
AND MAJU, BY GIOVANA MADALOSSO (2020)